



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

CARDOSO, ELIZABETH

IMPrensa FEMINISTA BRASILEIRA PÓS- 1974

Revista Estudos Feministas, vol. 12, septiembre-diciembre, 2004, pp. 37-55

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114353004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

IMPrensa FEMINISTA BRASILEIRA PÓS-1974

ELIZABETH CARDOSO

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Resumo: *Este artigo discute a imprensa feminista brasileira. Baseada em pesquisa de campo, afirmo que a imprensa feminista pós-1974 pode ser dividida em duas fases distintas: primeira e segunda geração. A primeira preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais, e a segunda pautada pela questão de gênero. Dois acontecimentos históricos marcam a divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente.*

Palavras-chave: *Imprensa feminista, feminismo e imprensa alternativa.*

Imprensa Feminista: duas gerações¹

Tradicionalmente, a imprensa feminista é localizada entre os cerca de 150 jornais alternativos da década de 70. A existência concomitante com os alternativos e seu engajamento social e político nas questões da época fizeram com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa. Assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, haviam os jornais voltados para a questão feminista². Porém uma pesquisa específica sobre a imprensa feminista, desvendou a continuidade do gênero durante as décadas de 80, de 90 e até os nossos dias, enquanto a imprensa alternativa perdeu força, segundo o mesmo autor.

Ao consultar o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na Unicamp, Campinas; a Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo e a Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), localizada, também, em São Paulo, em trabalho de campo pude encontrar 75 periódicos feministas.

A análise dos periódicos levou em consideração a observação da composição e alterações dos conselhos editoriais, equipe de redatores e redadoras, opções de pautas, títulos e paginação. Foi feito um estudo do conteúdo político-ideológico dos discursos (escritos ou visuais) das capas e das principais matérias das publicações pesquisadas. Os títulos incluídos no trabalho dizem respeito às publicações noticiosas, ou seja, ficaram de fora: livros, cadernos com artigos analíticos ou revistas com conteúdo acadêmico. Quatro periódicos foram analisados em profundidade.

A análise do conjunto de periódicos feministas e a leitura sobre tal movimento sugeriram dividi-los em dois grupos: a primeira geração, contemporânea dos jornais alternativos e, de forma geral, voltada para a questão de classe, e a segunda geração,

grupo de periódicos feministas editados a partir de 1981, de forma geral, voltada para a questão de gênero.³

Características da primeira e da segunda geração

A tentativa de dividir e caracterizar a primeira e a segunda geração da imprensa feminista não tem o intuito de amordaçar as publicações com rótulos, mas sim de enriquecer a leitura deste conjunto de periódicos. A imprensa ligada a um movimento social está inserida num processo contínuo de mudanças graduais, por isso é possível encontrar algumas características da primeira geração em títulos cujo lançamento aconteceu na década de 90. É o caso da revista *Mulher em Movimento*, de Salvador (BA), ligada ao Sindicato dos Bancários da Bahia. A publicação pertence ao Departamento para Assuntos da Mulher, cuja presidente, na época, era Rebecca Serravalle. No editorial da edição número 1, Serravalle afirma: “o problema não está necessariamente na relação homem/mulher. Está sim, numa estrutura social injusta que se reflete nos lares, nas pessoas, na educação que, dizem, nos prepara para a vida [...], ou seja, nos ensina reproduzir o 'sistema'”. Este é um argumento muito presente na imprensa feminista da primeira geração. Da mesma forma, é possível encontrar características da segunda geração em periódicos da primeira. É o caso do *Nosotras* que apesar de fundado em 1974, trabalhava com questões centrais para o feminismo da década de 80, inclusive com metodologias de segunda geração, como a formação de grupos de consciência.

Em linhas gerais, porém, foi possível traçar características das publicações da primeira geração e características das publicações da segunda geração. Nota-se que, enquanto a primeira está marcada pelo debate entre “questão da mulher” versus “questão geral”, feminismo liberal⁴ versus feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero,⁵ assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (Veja a tabela 1.)

TABELA 1: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÃO DA IMPRENSA FEMINISTA E SUAS DIFERENÇAS

Características	Primeira geração	Segunda geração
Conceito principal	Classe	Gênero
Período de surgimento e existência	Entre 1974 a 1980	Entre 1981 a 1999
Temas abordados	Temas gerais, de interesse de toda a sociedade (homens e mulheres), como carestia, creche e injustiça social, notícias dos movimentos sociais, notícias em geral, entre outros	Temas específicos da mulher: saúde da mulher, mulher e trabalho, mulher e legislação, violência contra a mulher, sexualidade feminina, notícias do movimento feminista, entre outros
Questões políticas	Anistia, denúncia da repressão da ditadura militar, autonomia partidária, entre outros	Abertura democrática, Constituinte, reforma de leis trabalhistas e cívicas, a maior participação da mulher no sistema partidário e no Executivo
Reivindicação principal	Justiça social para homens e mulheres	Igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença
Entidade-chave	Partidos políticos de oposição à ditadura	ONGs
Financiamento	Doações pessoais, assinaturas e vendas	Patrocínio de entidades internacionais e do Estado

Fonte: Cardoso, 2004.

Marco histórico para divisão da imprensa feminista em duas gerações

Utilizo dois acontecimentos históricos para marcar a divisão entre a primeira e segunda geração de periódicos feministas: O II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados, respectivamente em 1980 e 1981, na cidade de São Paulo⁶. Apesar de afirmar que esses dois eventos abalaram o relacionamento entre o movimento feminista e os partidos de esquerda/questões de classe, sabemos que outros fatores contribuíram nesta ruptura, porém, com base na literatura e nas entrevistas, elegi o II e o III Congresso da Mulher Paulista como ponto chave dessa mudança de postura.

O II Congresso da Mulher Paulista foi cenário de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O evento reuniu cerca de 4 mil mulheres no Tuca, teatro da PUC/São Paulo. A movimentação gigantesca foi vista como momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres⁷. Prevendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. As feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas por todas as presentes, e o Congresso entrou para a história do feminismo como um momento de cisão do movimento.⁸

Confirmando a tendência apontada pelo II Congresso da Mulher Paulista, no III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, também no Tuca, PUC/SP, o “racha” se aprofundou. Maria Amélia Teles, em *Breve história do feminismo no Brasil* (1993), conta que já na reunião preparatória do evento o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição da entrada de lésbicas no Congresso. O PC do B convocou um outro Congresso na mesma data (7 e 8 de março, de 1981) para tentar esvaziar o evento feminista e pressionar a dupla militância a se posicionar ao lado do partido.

O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. [...] Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo⁹.

Com o afastamento dos partidos de esquerda, já a partir de 1981, a fisionomia do movimento feminista é outra. Proliferaram dezenas de entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher. Neste mesmo ano, acontece a fundação do *Mulherio* (uma das publicações feministas com maior tempo de existência, 36 edições), periódico com posição feminista definida. Cada nova entidade feminista que surgia achou por bem fundar uma publicação para divulgar e debater suas idéias. A principal característica dessas entidades e desses jornais é a especialidade na questão de gênero e, dentro disso, a escolha de um tema específico: violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Fenômeno que explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração.

Estudos de casos

Para debater sobre as características que definem a primeira geração e a segunda geração da imprensa feminista, selecionei quatro publicações representativas para analisar mais profundamente. Assim sendo, selecionei, para representar a primeira geração, os jornais *Nosotras* (fundado em 1974) e *Brasil Mulher* (fundado em 1975) e, para representar a segunda geração, os jornais *ChanacomChana* (fundado em 1981) e o *Fêmea* (fundado em 1992). Foram entrevistadas as responsáveis pelas quatro publicações. O relato pessoal da história do periódico e do grupo feminista organizador do veículo acrescenta valor à análise do jornal na medida em que revela os bastidores da produção dos jornais e do modo operante do grupo. A escolha das entrevistadas se deu pelo critério de importância estratégica. Busquei a responsável e/ou a fundadora da publicação, pois naturalmente deteve controle da maior parte do processo. Sendo assim, entrevistei Danda Prado (*Nosotras*), Joana Lopes (*Brasil Mulher*), Miriam Martinho (*ChanacomChana*) e Michelle Lopes (*Fêmea*). Os relatos das entrevistadas vão aparecer entre aspas seguidos das seguintes abreviações, significando:

DP/13/11/2003: Danda Prado, entrevista concedida em 13/11/2003.

JP/11/11/2003: Joana Lopes, entrevista concedida em 11/11/2003.

MM/12/12/2003: Miriam Martinho, entrevista concedida em 12/12/2003.

ML/16/12/2003: Michelle Lopes, entrevista concedida em 16/12/2003, por e-mail.

Primeira geração: *Nosotras* e *Brasil Mulher*

Enquanto o estudo do *Nosotras* dá a oportunidade de tratar das exiladas, um grupo que vai implementar alterações importantes no pensamento feminista brasileiro, o segundo periódico abordado (*Brasil Mulher*) traz o debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda, situação clássica no movimento feminista, no período de 1974 a 1980.

Esses dois periódicos, assim como toda a primeira geração da imprensa feminista, foram marcados pelo regime de exceção, que fez com que as feministas adiassem a agenda do movimento de mulheres para se aproximar das alas de esquerda, que as conclamavam para reforçar a luta por uma sociedade melhor para todos (homens e mulheres). Essa sociedade mais justa seria possível com o fim da ditadura e a implantação de uma sociedade socialista. Supunha-se que com uma revolução comunista-socialista a agenda de reivindicação feminista seria automaticamente cumprida¹⁰. O estudo de caso dos *Nosotras* se torna especialmente importante, pois nele está contido o gérmen da segunda geração da imprensa feminista.

Nosotras

Com os "anos de chumbo" da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alambert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 70; grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976, por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972.¹¹

O último grupo editou o periódico *Nosotras*. A publicação foi inaugurada depois

do contato inicial de Danda Prado com as feministas francesas. O Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris foi fundado por volta de 1971 e chegou a reunir cerca de 200 mulheres. Muitas delas, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de refletir sobre a condição de mulher, defender uma argumentação em público, ter contato com os principais textos feministas da época e criar uma rede de auto-ajuda no exílio.

A principal atividade do grupo era, justamente, a publicação do periódico feminista *Nosotras*. A primeira edição da revista (era assim que a publicação era definida internamente) saiu em janeiro de 1974, mas desde 1972 o grupo editava pequenos boletins e folhetos ocasionais, com tradução de textos sobre feminismo, chamadas para reuniões e colocações teóricas para balizar o debate e aprofundar a consciência de gênero de suas integrantes.

Nas reuniões trabalhávamos com grupos de consciência, com a visão de que política não é só o que você discute, mas também a vida pessoal. Desde a origem, começamos com a seguinte pergunta: qual foi o momento da sua vida que você percebeu que existiam homens e mulheres? E aí cada uma contou. Essas reuniões aconteciam com mais ou menos 15 mulheres; às vezes marcávamos com antecedência e ia todo mundo, mas elas eram muito ocupadas, trabalhavam até como domésticas, tinham filhos. Chegou a até 200 mulheres envolvidas, mas todas juntas era raro. Levávamos traduções e até fazíamos traduções orais, pois havia toda uma literatura na França que discutia gênero, e levávamos isso para ampliar o debate. Foi o que fizemos com o artigo "Inimigo principal", que dizia que o inimigo não era o capitalismo, mas sim o patriarcado; nós o traduzimos para as integrantes do grupo. Aquilo para nós era novidade, pois no Brasil não se discutia nada disso. DP/13/11/2003.

As reuniões de pauta aconteciam durante os encontros do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, que eram quinzenais. O objetivo era publicar uma revista por mês; então, no primeiro encontro, se definiam as pautas e as respectivas redatoras e, no segundo encontro, começava o fechamento. A periodicidade foi mantida até a edição número 20, de agosto de 1975; depois disso o *Nosotras* se tornou bimestral e, do início de 1976 até a sua extinção, não houve um padrão de periodicidade. A tiragem variou entre 100 e 200 exemplares, que depois poderiam ser reproduzidos pelos grupos ou pelas assinantes individuais.

O *Nosotras* tinha uma edição quase artesanal: as matérias e artigos eram escritos pelas participantes, depois os textos eram datilografados (às vezes escritos à mão), mimeografados, grampeados entre capa em papel vergê, ilustrados com gravuras de autoria das integrantes do grupo e seguiam para o Brasil, pelo correio, onde uma prima de Danda Prado fazia a distribuição para as assinantes. A publicação, em fases de forte participação das hispânicas, trazia textos em espanhol, que não eram necessariamente traduzidos para o português.

Em 1976, a publicação passou a circular com periodicidade espaçada e, até o final desse ano, sua edição foi cancelada. Danda Prado credits a extinção do periódico aos seguintes fatos: 1) ao Ano Internacional da Mulher, 1975, que acarretou inúmeras viagens para participações em eventos internacionais e restringiu sua agenda; 2) a uma pesquisa que ela e Marisa Figueiredo (uma importante colaboradora do *Nosotras*) realizaram na Colômbia, durante o ano de 1976; e, principalmente, 3) à proibição do *Front* à participação de seus associados no *Nosotras* e 4) a migração das hispânicas para grupo feminista de origem boliviana.

O *Front* declarou que o grupo *Nosotras* não podia continuar, pois estava pondo as mulheres contra os homens nos casamentos e nas ligações e que isso desajustava a vida dos

companheiros. A proibição do *Front* foi oficial e aconteceu por volta de 75. A proibição era justificada porque, segundo eles, tinha caso de gente entrando em depressão pessoal, querendo se separar. As mulheres pararam de ir, vieram até mim contar que dependiam do *Front* para tudo e não podiam correr o risco de ficar sem apoio. O Grupo *Front* Brasileiro, formado por homens e mulheres brasileiros, não era representante do Partido Comunista, mas era apoiado pelo Partido Comunista Francês. Ele ajudava quem estivesse nas organizações. Então, era uma forma deles se manterem a par do que estava acontecendo no Brasil politicamente e também uma forma de atuar junto ao governo para obter entrada de crianças na escola, encontrar apartamento e trabalho, tudo era o *Front* que conseguia. Então tinha gente que nunca tinha sido de esquerda, mas que tinha participado contra a ditadura e era apoiado. E quase todos os grupos brasileiros de esquerda tinham representantes no *Front*: VPR, MR-8, PC do B e pessoas independentes. Eu participava do *Front* na questão cultural, porque era ligada ao MR-8, trabalhava pelo MR-8 para atividades culturais do *Front*. Por exemplo, a peça que a Norma [Benguell] representou lá, montado pela Gilda Grillo, foi apoiada pelo *Front*. O *Front* era uma espécie de selo para os brasileiros exilados e vinculados a uma oposição à ditadura. O *Front* era uma espécie de garantia e, para as pessoas dos grupos, era uma garantia de atendimento médico, de documentação, de tudo. Essa era a função do *Front*. E eles proibiram a participação das mulheres no *Nosotras* e no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris: quem participasse do *Nosotras* estaria fora da rede de ajuda do *Front*, não teria mais ajuda. Depois da proibição do *Front*, o *Nosotras* continuou, mas com grande número de hispânicas. Depois sofremos outra divisão, porque o grupo de venezuelanas era grande (umas 10 mulheres) — e elas foram participar de um outro grupo de origem boliviana, fundado pela Elizabeth Burgos, com tendência claramente partidária. DP/13/11/2003.

Esse episódio da proibição do *Front* à participação no Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris ilustra bem a disputa das esquerdas pela dedicação política das mulheres e seu empenho em esvaziar o feminismo em benefício das lutas mais gerais. Esse tipo de situação também foi determinante para o fechamento do *Brasil Mulher*.

Brasil Mulher

O *Brasil Mulher* foi fundado em 1975, em Londrina (PR). É o primeiro jornal feminista brasileiro feito no Brasil e traz a gênese do debate entre mulheres feministas e mulheres militantes de esquerda: a situação clássica de dupla militância do movimento feminista no período de 1974 a 1980. Editado bimestralmente, em formato tablóide, contendo 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos, item muito valorizado pela publicação, o *Brasil Mulher* tinha tiragem de 10 mil exemplares, com circulação nacional e venda em bancas, livrarias e por assinatura. Sua publicação cessa em março de 1980.

Apesar de seu papel fundamental, o *Brasil Mulher* foi uma das publicações feministas que mais debateu com o feminismo. Já no seu editorial de estréia (no número zero) a contradição estava presente. “*Brasil Mulher*: não é um jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que destina a homens e mulheres ...”

A afirmação do texto causou polêmica. A jornalista Elenice Munerato, em matéria no jornal *Opinião*, do dia 24 de outubro de 1975, abre box, na matéria sobre a realização do Encontro para Diagnósticos da Mulher Paulista, com o título “Um (falso) jornal”, com críticas ao recém-lançado *Brasil Mulher*.

[...] um jornal mensal lançado neste mês em Londrina, Paraná, ‘não é um jornal da mulher’, conforme afirma a primeira frase de seu editorial de apresentação e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas cinco realmente tratam diretamente da

mulher. Todas as outras reportagens falam de assuntos gerais: da campanha da anistia aos irmãos Villas Boas, passando por uma seleção de fatos de menor importância já citados na imprensa das últimas semanas [...]

Decepcionante, pois, que esse jornal — bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema sócio econômico — político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos de imprensa¹².

Internamente, o número zero do *BM* traz matéria na página 3 intitulada "A Procura da Igualdade Perdida", que diz que é "impossível desvincular a luta pela emancipação da mulher de uma luta geral pela liberdade do ser humano". Essa linha de pensamento predominou no jornal tanto na abordagem das pautas quanto na quantidade de pautas sobre mulher.

Na seção de notas "Os fatos estão aí", que em cada edição apresentava entre sete e 11 notícias curtas, uma média de duas notas se dedicava à questão da mulher, e o restante discutia educação, anistia, economia.

Foi uma opção falar de outras coisas, contanto que atingisse a mulher. O jornal nasce num momento muito complicado e ele vai viver num momento complicadíssimo. Então os ventos políticos determinaram notas, escolhas de matérias, posicionamento, discussões internas, que algumas idéias pudessem proliferar e depois contribuir para a questão de gênero. Posso afirmar que o *BM*, mesmo não se enfronhando, como mais tarde outros jornais se enfronharam na questão de gênero, o *BM* nunca negou a mulher como sujeito. Esse jornal foi um laboratório da consciência das mulheres. E que através das discussões de pauta e das matérias se formou a consciência das mulheres. Concordo que o *BM* era tímido com a questão de gênero e com o feminismo, mas era o processo. Nós estávamos indo numa crescente ao encontro com o feminismo, precisávamos passar por algumas etapas; quando estávamos quase lá, veio o racha interno. JL/11/11/2003.

De fato, no número 5, a seção de notas traz quatro notícias diretamente ligadas à mulher, entre 11 textos curtos. Já na edição número 7, penúltima edição feita pelo grupo fundador, todas as notas são dedicadas às mulheres.

Tal crescimento do feminismo no *BM* não agradou a ala mais próxima da esquerda. Entre o número 6 e o 7, o *BM* ficou seis meses sem circular. A justificativa oficial para o atraso foi problemas financeiros, mas Joana Lopes afirma que a não-circulação do periódico se deu devido a problemas internos, de natureza política. Durante o período foram realizadas eleições para diretoria da Sociedade Brasil Mulher. Forças associadas aos partidos de esquerda ganharam o pleito, assumiram a direção e trouxeram a proposta de aproximar o *BM* das questões gerais, das questões de classe, dos temas que interessavam a todos.

É um momento de crise dentro da Sociedade, uma crise enorme política, que começa a fomentar uma crise entre as mulheres, motivando a formação de uma corrente de mulheres que fazem o jornal e querem um trabalho da associação voltado para as questões da mulher, em função dos direitos das mulheres, dentro da trajetória do *BM*, que era cada vez mais ligada ao feminismo. Mas esse percurso do crescimento de consciência de mulher vai ser atravessado pelos partidos políticos que estavam engajados na luta de classe, conforme determinações das cartas de princípios de seus partidos. E interrompem o crescimento do jornal e da Sociedade em direção ao gênero. As forças eram a AP, o PC e o PC do B. Elas ganharam espaço porque o jornal era de uma associação que tinha sua diretoria democraticamente eleita, e, no momento das eleições, elas levavam um grande número de mulheres, previamente orientadas para votar segundo os interesses dos partidos, nas assembléias, e ganhavam as eleições. Eu percebi que havia um movimento, que é muito próprio da política, de engajar pessoas de fazer conchavos, e o grupo do *BM* era

muito honesto, tínhamos uma ética feminina, a ética de relação mulher com mulher, e queríamos mesmo ter uma ética que não se identificasse com alguns métodos que são tradicionalmente utilizados pelos homens, porque eles têm domínio de poder há muitos séculos, queríamos alterar esses métodos de poder, queríamos fazer de uma outra forma. E o diálogo sempre foi muito franco. Então, para a gente, o grupo fundador, se ver manipulado por outro poder, os partidos políticos, que nitidamente queriam controlar o jornal BM nos usando como meio para isso, não pudemos aceitar. A gente se reuniu e resolveu sair da Sociedade Brasil Mulher. Porque permanecer ali era concordar com uma eleição manipulada. O processo de saída foi longo, houve embates, debates, tentativa de cooptação, me convidaram para ficar com eles, e eu não aceitei, não abriria mão da ética do grupo fundador. A divergência fundamental entre nós e a nova diretoria era que o jornal deveria se tornar um instrumento da luta de classe dentro do programa do PC do B, e isso seria restringir tudo e absolutamente a caminhada da consciência da mulher que tão arduamente a gente traçou. JL/11/11/2003.

Do número 8 até o 16 (última edição do *BM*), é flagrante a mudança para as temáticas de classe.

Na edição número 9, duas chamadas de capa: "Carestia — A Questão do Custo de Vida Está em Debate" e "Eleição no Sindicato — Quem ganha são sempre os mesmos homens". Internamente, das 16 páginas, três são dedicadas exclusivamente às mulheres. Porém, uma nota na coluna "Rosa dos Ventos" chama a atenção:

O feminismo é uma ideologia burguesa porque muda o verdadeiro inimigo das mulheres — o Capitalismo — num inimigo imaginário — o homem, provocando portanto, mais danos que benefícios às mulheres. Em suma é uma besteira que devemos condenar'. Essa é a análise feita pelo jornal soviético 'a Classe Operária e o Mundo Contemporâneo' a respeito do Movimento Feminista Ocidental. É a primeira vez que a imprensa soviética se pronuncia sobre o Feminismo, até aqui ignorado por completo.

A nota parece parabenizar o jornal soviético por abordar o tema feminismo, sem fazer uma crítica ou protesto ao seu conteúdo.

Em abril de 1977, a Sociedade Brasil Mulher, em parceria com o jornal *Nós Mulheres*,¹³ publica edição extra em comemoração ao dia Internacional da Mulher, 8 de março.

No lugar de um editorial, há um "comunicado conjunto". Aqui destacamos alguns trechos:

Nós acreditamos que a luta pela emancipação da mulher faz parte da luta pela libertação do Homem. Portanto deve ser levada não só por mulheres, mas sim por Mulheres e Homens. [...] Queremos aqui levantar alguns pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar hoje: 1 — Maior participação no trabalho produtivo fora de casa. Por que? Porque trabalhando a mulher toma contato com os problemas mais gerais e coletivos. [...] 2 — Maior participação na luta pelas soluções dos problemas de suas comunidades — custo de vida, transporte, água, esgoto, educação, saúde. 3 — Maior participação na luta pela solução dos problemas gerais da sociedade — No momento atual significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas. [...] A mulher nunca conseguirá libertar-se se não houver a libertação de todos os trabalhadores. O desenvolvimento da consciência e da participação da mulher multiplica as possibilidades de transformação da situação atual. Os jornais 'Brasil Mulher' e 'Nós Mulheres' se propõem a ser tribunas abertas para essa luta. [...]

O texto anterior ilustra bem a centralidade das questões gerais em detrimento das questões de gênero, porém os exemplos do engajamento do *BM* na luta de classes, após a saída do grupo fundador, são inúmeros e por isso mesmo podem cair na repetição. O

importante aqui é frisar a derrocada da questão de gênero diante da de classe, devido às disputas internas e políticas do jornal.

O cenário interno do *BM* reproduzia uma situação ampla, vivida por grande parte do movimento feminista brasileiro. Um dos momentos coletivos de distensão desse atrito de classe e gênero foi o II Congresso da Mulher Paulista, palco de disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas.

No momento do Congresso, o *BM* estava na sua 15ª edição, a penúltima. Pois o racha coletivo do Congresso levou a seu fim, numa edição especial, editado em março de 1980, após o 16º número, editado em setembro de 1979.

Eu não tenho dúvidas que os acontecimentos do II Congresso da Mulher Paulista levaram ao fechamento do jornal. Quando a briga se generalizou e alcançou o absurdo da agressão física, a Vera Lúcia me chamou para escrevermos a carta de repúdio aos fatos recentes. Então nos reunimos, um grupo pequeno de feministas que estava na luta de forma séria, e escrevemos uma carta lastimando o rumo do Congresso. Eu já estava há um bom tempo fora do *Brasil Mulher*, mas a Vera me chamou para escrever a carta, e poucos dias depois para editar a última edição do jornal, porque eu já havia avisado que o pessoal da dupla militância iria forçar o cerco no feminismo. JL/11/11/2003

A Sociedade Brasil Mulher acaba junto com o jornal *Brasil Mulher*. "Assim o que termina junto com o "Brasil Mulher", é também o período de tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas"¹⁴.

Segunda geração: *ChanacomChana* e *Fêmea*

ChanacomChana

Fundado em 1981, o *ChanacomChana* possui as principais características da segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974. A publicação tratava de um tema específico do universo feminino, o lesbianismo, pois só as mulheres podem ser lésbicas; tinha interesse voltado para as questões legalistas, principalmente na Lei Cível; havia uma ONG por trás e pregava o direito à diferença. Ou seja, o *ChanacomChana* apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e revela a necessidade das mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino. O *ChanacomChana* poderia ser classificado como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres. Sem mencionar o salto advindo da existência de um jornal especializado num tema (o lesbianismo) tratado de forma tímida pela primeira geração da imprensa feminista.

O número zero do *ChanacomChana* foi publicado em 1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF). O MLF era formado por mulheres dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As mulheres do MLF chegaram à conclusão de que o Somos não respondia às questões específicas das mulheres lésbicas. Um dos primeiros atos do MLF, fundado em 1980, foi a publicação do *ChanacomChana*, mas, por motivos políticos e alternância de lideranças, o MLF muda de nome e passa a se chamar Grupo Lésbico-Feminista (GLF) e depois Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf).¹⁵ O GLF editou o *ChanacomChana* esporadicamente como folhetos para chamadas de encontros lésbico-feministas. Em 1982, o *ChanacomChana* tem seu número 1 editado pelo Galf.

Com tiragem de, em média, 200 exemplares por edição e periodicidade instável,

entre trimestral e quadrimestral, o *ChanacomChana* circulou durante toda a década de 80, com sua última edição publicada no ano de 1989. Associadas ao Galf, encarregavam-se de multiplicar o periódico em outras capitais, durante congressos e festas e em bares e boates. Miriam Martinho e Rosely Roth eram alguns dos nomes mais ativos do grupo, composto basicamente por estudantes de cursos universitários de Ciências Humanas. O jornal se pagava por meio de assinaturas, pequenos anúncios e doações.

O *ChanacomChana* tinha uma cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta punk da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical. As edições variavam entre 11 e 36 páginas de conteúdo, dependia muito de verba, dos temas a serem abordados ou do tempo de publicação entre as edições. Uma equipe muito enxuta, cerca de quatro pessoas, se responsabilizava pela publicação. Tinha uma reunião de pauta, improvisada. Nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; na medida que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. A impressão era em copiadora, o original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados. MM/12/12/2003.

O *ChanacomChana* torna-se a principal atividade do Galf e simboliza a aproximação definitiva entre lésbicas e feministas.

No início o MLF dividiu sede com a Sociedade Brasil Mulher e se aproximou dos grupos feministas. Até então as lésbicas ficaram tangenciando os dois movimentos: feminista e homossexual. Mas nessa época, início dos anos 80, a gente se afastou mais do movimento homossexual e se aproximou mais do feminismo. MM/12/12/2003.

O artigo "Galf: 6 anos", assinado por Miriam Martinho e publicado na edição número 8 do *ChanacomChana*, agosto de 1985, tenta explicar a ligação lesbianismo e feminismo.

[...] O adjetivo lésbica feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres.

A relação entre lésbicas e feministas, porém, foi marcada por discordâncias. E o *ChanacomChana* acabou sendo uma alternativa de leitura para as mulheres lésbicas feministas que não se viam representadas na imprensa feminista.

[...] Em outras palavras, as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificam com o que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ser reforçada a idéia de que o feminismo não lhes diz respeito. Mesmo aquelas lésbicas que se reconhecem nas lutas mais gerais do feminismo, como a igualdade salarial e de outros direitos entre mulheres e homens, acabam vendo mantida a mesma velha esquizofrenia que a sociedade lhes impõe em vários âmbitos de suas vidas. Ou seja, elas podem se identificar e mesmo batalhar pelos direitos das mulheres, já que são mulheres, mas suas vidas pessoais, a saber, sua sexualidade, sua afetividade, etc. [...] devem ficar no terreno do privado, numa flagrante contradição com um dos grandes 'slogans' do feminismo que diz que o privado é político. (Trecho de artigo publicado na edição número 12, fevereiro e maio de 1987, assinado por Miriam Martinho, "Feminismo e Lesbianismo: qual a relação?")

A relação com as feministas sempre foi tensa, apesar de desejarmos a aproximação. O movimento feminista sempre foi muito heterocêntrico e naquela época era heterossexista mesmo. E a grande desculpa que se dava era que o lesbianismo ia assustar o pessoal da periferia e o pessoal do partido. Então não se falava da questão. Depois das crises dos II e do III Congressos da Mulher Paulista, o movimento feminista sofre um grande impacto e

faz a absorção individual das lésbicas, mas despolitiza o lesbianismo coletivamente. A questão desaparece, ficamos sós, brigando com elas para que o movimento feminista encampasse a questão. Esse foi um período bem árduo, durante toda a década de 80 tivemos que agüentar o rótulo de sermos um assunto menor, em contraposição com as questões maiores, ou mais importantes, como a democratização, o trabalho, o sindicato. Aliás, o feminismo só nos assumiu agora em 2002, no Congresso Nacional da Mulher Brasileira, em Brasília, depois de 20 anos da fundação do Galf.

Oficialmente nós éramos as únicas radicais, assumidas publicamente e as feministas não aceitavam de jeito nenhum, ainda mais com toda aquela relação com os partidos. Eu acho que as mulheres da periferia não estavam nem aí, era coisa das próprias feministas que não aceitavam, a reação era bastante hostil. Engraçado porque para fora, para a sociedade, o movimento feminista era coisa de sapatão, mas internamente elas não nos aceitavam. Aceitavam as lésbicas, num espaço, num gueto mais sofisticado, de mulheres lésbicas, de classe média, geralmente de mulheres brancas, com nível de escolaridade maior, nível de consciência de gênero maior, mas um gueto, não diferente dos outros grupos minoritários. MM/12/12/2003.

Este embate entre lésbicas e feministas, no qual as lésbicas reivindicam mais espaço político dentro do movimento feminista, aparece com mais frequência nas primeiras edições do *ChanacomChana*. Nas últimas edições, o conflito já apresenta menos força.

Na edição número 1, por exemplo, há uma charge de Miriam Martinho ridicularizando o atendimento no SOS Mulher, quando um grupo de lésbicas procura ajuda por ter sofrido agressões e a atendente informa que naquele serviço só se atende mulheres.

Já na edição 11, outubro de 1986 e janeiro de 1987, Rosely Roth escreve longo artigo sobre o 8º Encontro Nacional Feminista, realizado em Petrópolis (RJ), em agosto de 1986. Rosely festeja o evento, parabeniza a organização e comemora o sucesso da oficina sobre lesbianismo, coordenada pelo Galf e realizada com a participação de 92 mulheres. “Para nós, o saldo da reunião foi bastante positivo. Houve muitos elogios; algumas mulheres, disseram que a nossa havia sido a melhor oficina do encontro.”

O conteúdo do *ChanacomChana* era composto de longos artigos com relatos sobre eventos lésbico-feministas, agenda lésbico-feminista, comportamento e sexualidade da mulher lésbica e legislação envolvendo os direitos das mulheres lésbicas.

O *ChanacomChana* era muito de vanguarda para a época, ele trazia uma abordagem da questão de gênero muito radical e profunda, diferente do feminismo praticado então. Podemos discutir se o *ChanacomChana* teve uma grande influência no pensamento da época, mas com certeza ele incomodou bastante e plantou algumas sementes por aí. Ele introduziu o conceito de diferença dentro do movimento feminista. MM/12/12/2003.

Fêmea

O *Fêmea* é produzido pela ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), em Brasília (DF). A publicação agrega três fortes características da segunda geração da imprensa feminista: 1) ser editada por ONG; 2) ter financiamento de entidades internacionais e do Estado; 3) cobrir o tema “mulher” no Congresso Nacional, ou seja, uma abordagem legislativa da questão de gênero, firmando a importância da abordagem de gênero e a tendência à especialização por tema.

Fundado em 1992, o *Fêmea* se inicia com publicação bimestral, tiragem de 100 exemplares, impresso nos computadores do Cfemea, em papel A4, com uma dobra. Com o passar do tempo, a publicação ganha força política, institucional e financeira. No

seu décimo ano, em 2001, edição de número 98, o *Fêmea* passou a ter uma tiragem quase triplicada, de 5 mil para 13 mil exemplares. A partir de então, passou a chegar também às mãos de todas as vereadoras e deputadas estaduais, prefeitas e governadoras do Brasil. Além dos senadores (especialmente bancada feminina) e movimentos de mulheres e feministas, público original da publicação. Atualmente o *Fêmea* tem periodicidade mensal, custo total em torno de US\$ 3.000,00, mantém média de 8 páginas por edição no tamanho A4, tiragem de 13 mil exemplares e é rodado em gráfica terceirizada. Não há publicidade no jornal, que se mantém por meio de doações de entidades como Fundação Ford, MacArthur, IWHC (International Women's Health Coalition), Unifem (United Nations Development Fund of Women) e, mais recentemente, a Coordenadoria DST/Aids do Ministério da Saúde.

O projeto se propõe a manter o movimento organizado de mulheres informando sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem respeito à mulher, fornecendo subsídios às mulheres, seus grupos e aos parlamentares para a discussão e a elaboração de projetos que assegurem a igualdade de direitos. (Editorial jornal *Fêmea*, número zero, fevereiro de 1992).

No trecho anterior, retirado do primeiro editorial da publicação, percebemos a preocupação em manter o foco nas questões exclusivas às mulheres e a decisão editorial de cobrir a elaboração de projetos de lei.

O *Fêmea*, desde a sua fundação, é distribuído gratuitamente. E, a exemplo das demais publicações¹⁶ do Cfemea, de forma geral, atinge grupos extremamente diversificados em relação aos objetivos e temáticas, formas de organização e localização geográfica: grupos de mulheres negras, lésbicas, lideranças vinculadas ao trabalho de comunidades, a sindicatos e centrais sindicais, a partidos políticos, a universidades públicas e privadas; e grupos profissionais discriminados, como o das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais.

O *Fêmea* tem sido, ainda, um instrumento de informação dirigido a todos os parlamentares federais, para informar e dar visibilidade à luta das mulheres por seus direitos e subsidiar os congressistas com reflexões dirigidas à ação em favor da igualdade e pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. A pauta segue assuntos de interesse das mulheres, sob a ótica feminista. O jornal é pautado por um conselho editorial, que se reúne mensalmente, formado por duas jornalistas, uma integrante da assessoria parlamentar, uma integrante da diretoria colegiada e uma integrante da assessoria técnica. A linha editorial do informativo está vinculada aos princípios mais gerais do Cfemea e objetivos definidos para a comunicação política do Centro: 'comunicação sobre os direitos das mulheres e igualdade de gênero, visando a socializar e democratizar as informações referentes ao Legislativo e à luta feminista, inclusive junto aos meios de comunicação de massa'. Definição marcada pela trilogia – mulheres, gênero e feminismos. ML/16/12/2003.

É interessante observar que não há meios termos ou meias palavras nos objetivos de *Fêmea*, ele é totalmente voltado para o feminismo, sem se deixar levar pela urgência das "questões mais gerais", que tanto perseguiram os periódicos da primeira geração.

Vale aqui notar que foi justamente o processo iniciado e construído pela primeira geração da imprensa feminista que possibilitou o crescimento da questão de gênero na imprensa feminista. E que este trabalho, em momento algum, faz julgamentos dos veículos ou de suas realizadoras.

Mapa da imprensa feminista

A pesquisa de campo, nos três acervos citados, catalogou 75 periódicos feministas, entre boletins, revistas e jornais de todo o Brasil. Não foi registrado nenhum título da região Norte; foram encontrados sete títulos na região Sul (cinco do Paraná e dois do Rio Grande do Sul); oito títulos originários da região Centro-Oeste (cinco do Distrito Federal, um do Mato Grosso e dois de Goiás); foram encontradas 12 publicações feministas editadas na região Nordeste (cinco de Pernambuco, três da Bahia, uma do Piauí, uma da Paraíba e duas do Rio Grande do Norte); e 46 títulos feministas foram publicados na região Sudeste (28 da capital paulista, seis na região do ABCD, três do interior de São Paulo, quatro do Rio de Janeiro e cinco de Belo Horizonte). Segundo o acervo ora estudado, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco tiveram publicações fora das capitais. Em São Paulo, a cidade de Campinas editou dois periódicos; a cidade de Lins, um; São Bernardo, três; Santo André, dois, Diadema, um. Em Minas Gerais, Juiz de Fora, fora editados um periódico. No Paraná, Londrina sediou um jornal feminista. E, em Pernambuco a cidade do Cabo editou um periódico feminista. Além de um jornal publicado em Paris (França), o *Nosotras*, já abordado neste artigo, e outro sem procedência declarada.

Ao observarmos o conjunto, percebemos que o período de 1974 a 1980 abriga os primeiros jornais feministas (9 no total); o período de 1981 a 1989 faz surgir um grande número de publicações feministas (44 no total) e o período de 1990 a 1999 registra uma queda no número de publicações lançadas (21 no total) e uma publicação sem data declarada.

Estas observações sobre as datas dos periódicos confirmam a hipótese de que a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro, pois ficam claros os períodos de surgimento, de ascensão e de declínio do movimento feminista no Brasil. De acordo com Lúcia Avelar:

[...] uma retomada no ativismo feminino dar-se-ia no final dos anos 70 e 1980, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas, devido, entre outros fatores, à ascensão educacional das mulheres. [...] Ao final da década de 1990, com parte dos débitos pagos às agências financeiras internacionais, alguns países reconsideraram o papel do Estado na sociedade, retomando a dianteira nos programas sociais. Como, então, ficaria o ativismo feminino? Grande parte dele diluiu-se, diante da complexidade dos problemas sociais. Mais do que nunca, os mundos das mulheres estariam profundamente diversos, os direitos de cidadania comprometidos e as organizações femininas, assim como outras formas de ativismo, sofrendo claro refluxo¹⁷.

Considerações finais

O trabalho, ao abordar a imprensa feminista, colabora com a literatura sob a chancela de comunicação, feminismo e relações de gênero. Já que dentro da literatura de imprensa brasileira, imprensa para mulheres, imprensa feminista e imprensa alternativa, os periódicos feministas não foram estudados em profundidade. Os jornais, suas autoras e realizadoras são ignorados ou figuram rapidamente em subtópicos de trabalhos de grande fôlego sobre a história da imprensa brasileira, como na obra de Nelson Werneck Sodré (*História da imprensa no Brasil*, 1999); nas pesquisas de Dulcília Helena Schroeder Buittoni (*Mulher de papel: representação da mulher na imprensa feminina brasileira e imprensa feminina*, 1981); no livro de Bernardo Kucinski, sobre a imprensa alternativa no Brasil (*Jornalistas e revolucionários*, 1991) e numa série de artigos, dissertações e teses que abordam publicações isoladas ou pequenos grupos de três títulos feministas¹⁸.

A característica panorâmica da pesquisa, que aborda o conjunto das publicações feministas, permite que algumas afirmações podem ser feitas, abrindo caminho para novos estudos: i) a imprensa feminista é um fenômeno nacional, tendo em vista que a pesquisa constatou publicações feministas em todas as regiões do país, salvo a região Norte; ii) a imprensa feminista é um fenômeno contínuo e vigoroso socialmente, já que suas publicações são editadas ininterruptamente, desde 1974 até nossos dias; e iii) a imprensa feminista pode ser dividida em duas gerações, em simetria com as opções do movimento feminista.

Procurou-se formar categorias que facilitassem o entendimento da imprensa feminista como fenômeno histórico, político e de comunicação. O objetivo central deste trabalho foi apresentar um mapa da imprensa feminista, apontando para a existência de duas gerações. . As generalizações feitas, no decorrer do texto, privilegiaram uma visão panorâmica da imprensa feminista, que em boa medida, foram confirmadas ao observarmos as histórias individuais do *Nosotras*, do *Brasil Mulher*, do *ChanacomChana* e do *Fêmea*.

Tabela 2: Relação de periódicos feministas pesquisados

Título	Cidade	Ano fundação	Geração
Boletim Associação de Mulheres do Grajaú	São Paulo	1994	segunda
Boletim Centro da Mulher Brasileira	não declarada	1979	primeira
Boletim da Mulher	Curitiba	1988	segunda
Bol. de Movimento de Mulheres de Teresina	Teresina	1982	segunda
Boletim do CIM	São Paulo	1983	segunda
Bol. do Movimento de Luta por Creches	São Paulo	1980	primeira
Boletim Informativo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher	Salvador	1990	segunda
Boletim Informativo do Conselho Estadual da Condição Feminina/Voar é Preciso	São Paulo	1992	segunda
Boletim Origem	Recife	1988	segunda
Brasil Mulher	Londrina – São Paulo	1975	primeira
ChanacomChana	São Paulo	1981	segunda
Correio da Mulher	Porto Alegre	1981	segunda
Direitos da Mulher	Santo André	1998	segunda
Em Dia com a Mulher	Brasília	1987	segunda
Enfoque Feminista	São Paulo	1991	segunda
Espaço Mulher	São Bernardo do Campo	1985	segunda
Fala Maria	São Paulo	1984	segunda
Fala, Mulher	João Pessoa	1990	segunda
Fazendo Gênero	Goiânia	1997	segunda

ELIZABETH CARDOSO

Fêmea	Brasília	1983	segunda
Folha da Década	São Paulo	1995	segunda
Folha Feminista	São Paulo	1984	segunda
Folha Mulher	Rio de Janeiro	1992 – n 3	segunda
Força Mulher	Belo Horizonte	1985	segunda
Informação – Mulher	Campinas	1987	segunda
Informe Mulher	Brasília	1987 – n 3	segunda
Jornal da Casa	Recife	1993	segunda
Jornal da Mulher	São Paulo	1980	primeira
Jornal da Mulher	Curitiba	1986	segunda
Jornal da Mulher	Cabo (PE)	1988	segunda
Jornal da Mulher do Grajaú	São Paulo	1983	segunda
Jornal da Nova Família	São Paulo	1988	segunda
Jornal da Rede Saúde/ Jornal da Rede / Redefax	São Paulo	1992	segunda
Jornal Mulher	São Paulo	1986	segunda
Maria	Curitiba	1984	segunda
Maria - O Jornal da Maioria	Brasília	1987	segunda
Maria Brasileira	São Paulo	1979	primeira
Maria Maria	Salvador	1984	segunda
Mariação	Goiânia	1981	segunda
MariaMaria	Brasília	1999	segunda
Mulher	São Paulo	1991	segunda
Mulher	São Paulo	1984	segunda
Mulher	Natal	1987	segunda
Mulher ABC	São Bernardo do Campo	1980	primeira
Mulher – Libertação	Lins	1988	segunda
Mulher e Saúde	São Paulo	1993	segunda
Mulher e Saúde	Cuiabá	1982	segunda
Mulher Liberta Mulher	Porto Alegre	1980	primeira
Mulher Notícias	Belo Horizonte	1987	segunda
Mulher Paulista	São Paulo	1981	segunda
Mulher Pernambucana	Recife	1984	segunda
Mulheres	São Paulo	1984	segunda
Mulheres em Luta	Diadema	1991	segunda

Mulher em Movimento	Salvador	1994	segunda
Mulheres em Movimento	Santo André	1998	segunda
Mulherio	São Paulo	1981	segunda
NEM- Núcleo de Estudos sobre a Mulher	Rio de Janeiro	1981	segunda
Nexo	São Paulo	1988	segunda
Nós e a Constituinte	São Paulo	1986	segunda
Nosotras	Paris (França)	1975	primeira
Nosso Elo	São Paulo	1989	segunda
Nós Mulheres	São Paulo	1976	primeira
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher Núcleo Mulher -	Belo Horizonte	1985	segunda
CODAC/USP - Estudos Sobre Relações Sociais de Gênero	São Paulo	1986	segunda
Nzinga Informativo	Rio de Janeiro	1985	segunda
Presença da Mulher	São Paulo	1986	segunda
Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos	Recife	1992	segunda
Redir - Rede de Informação Saúde, Sexualidade e Direitos Reprodutivos	Juiz de Fora	cerca de 1998	segunda
Revista da Mulher Rural	Paraná	1995	segunda
Sempre Viva - Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo	S. Bernardo do Campo	1986	segunda
Sexo Explícito / O Sexo Finalmente Explícito	Rio de Janeiro	1983	segunda
União de Mulheres de São Paulo (UBM)	São Paulo	1985	segunda
Via-Láctea	Natal	1993	segunda
Vida Viva	Belo Horizonte	1993	segunda
Vivência	Campinas	anos Quêrcia/Fleury 1987-94	segunda

Fonte: Cardoso, 2004.

Notas

Copyright © 2004 by Revista Estudos Feministas.

¹ Este artigo se baseia na dissertação de mestrado de CARDOSO, Elizabeth. A imprensa feminista brasileira pós-1974. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004. Disponibilizada para consultas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-17052004-165710/>

² Bernardo KUCINSKI, 1991.

³ Veja tabela dos jornais pesquisados, no final do texto.

⁴ O conceito de feminismo liberal (reformista) foi definido por Lúcia AVELAR, 2001, como a corrente feminista que prega reformas progressistas tendo em vista a igualdade entre os sexos e a valorização da emancipação da mulher, em detrimento a sua libertação.

⁵ Para mais detalhes ver Cristina BRUSCHINI e Albertina de Oliveira COSTA, 1992; Jussara Reis PRA e Maria Noemi C. BRITO, 1987; Anette GOLDBERG, 1989; Sônia M. MIGUEL, 1988.

⁶ A escolha desses Congressos funciona como a construção de uma metáfora ou de um exemplo perfeito. Ou seja, os Congressos paulistas refletiram, anteciparam ou repetiram o que havia acontecido no movimento feminista de outras cidades brasileiras. Não há aqui um julgamento de que o movimento paulista era mais ou menos importante, há apenas a expressão de um exemplo para entendimento de um fato maior: a tendência de independência do movimento feminista das forças de esquerda.

⁷ Maria Lígia Q. de Moraes NEHRING, 1981.

⁸ Para saber mais sobre o II Congresso da Mulher Paulista, consultar NEHRING, 1981.

⁹ Maria Amélia de Almeida TELES, 1993

¹⁰ Ver GOLDBERG, 1987; TELES, 1999 e NEHRING, 1981.

¹¹ GOLDBERG, 1987.

¹² Elenice MUNERATO, 1975, citada por Karen Silva DEBÉRTOLIS, 2002.

¹³ Periódico feminista; ver tabela de jornais no final do texto.

¹⁴ NEHRING, 1981.

¹⁵ Em 1989, o Galf se torna a ONG Um Outro Olhar, e uma publicação, com o mesmo nome da ONG, substitui o *ChanacomChana*. Esta pesquisa não classificou a revista *Um Outro Olhar* pelo fato dela não estar contida nos acervos pesquisados. Optou-se pelo seguinte critério metodológico: as publicações que não fizessem parte dos arquivos pesquisados não entrariam na pesquisa, mesmo que fossem encontradas por outros métodos. Além do mais, há controvérsias sobre o caráter lésbico-feminista da *Um Outro Olhar* a publicação estaria mais independente do movimento feminista e mais próxima do movimento gay.

¹⁶ Em 16 anos de existência, o *Cfemea* publicou 16 livros, quatro folhetos e dois informativos.

¹⁷ AVELAR, 2001, p. 21 e 22

¹⁸ Maria Bueno BASTOS, 1992; Adélia BORGES, 1982; DEBÉRTOLIS, 2002.

Referências

- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Unesp, 2001.
- BASTOS, Maria Bueno. *Outras palavras, outras origens. Movimentos feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BORGES, Adélia. "Mulherio: um jornal feminista". *Revista Comunicação e Sociedade*, Cortez Editora, ano IV, nº 8, p. 125-33, 1982.
- BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.
- CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós

- Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOLDBERG, Anette. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 28, p. 42 – 70, 2 semestre 1989.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Florianópolis. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo. 1981. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PRÁ, Jussara Reis e BRITO, Maria Noemi Castilho. "Movimento de mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987". Comunicação apresentada no XI Encontro da ANPOCS - Águas de São Pedro (SP) no GT Família e Sociedade. 1987. (Mimeo).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Brazilian Feminist Press After-1974

Abstract: This work discusses the Brazilian feminist press. Based on field research, it shows that the feminist press after-1974 can be divided in two different moments: first and second generations. The first is mainly worried with social class questions and social differences, and the second is mainly focused on genre questions. Two historical events mark the division between the first and the second generation of feminist periodicals: the II and the III São Paulo State Woman Congress, that happened, respectively, in 1980 and 1981.

Keywords: feminist press, feminism and alternative press.